

GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL: DISCIPLINA, BIOPOLÍTICA E EMPRESARIAMENTO DA VIDA

NEOLIBERAL GOVERNMENTALITY: DISCIPLINE, BIOPOLITICS ENTREPRENEURIALIZEMENT OF LIFE

Aldo Ambrózio¹

Resumo: parte da análise do conceito de biopoder apresentado por Michel Foucault no curso “Em defesa da sociedade (1975-1976)” e na obra “A vontade de saber” e segue pelo estudo da disciplina e dos dispositivos de segurança nos cursos ministrados nos dois anos seguintes: “Segurança, Território, População (1977-1978)” e “Nascimento da Biopolítica (1978-1979)”. Foucault anuncia a tese de que a soberania perdeu relevância em relação ao biopoder, tese que é aprofundada nos cursos seguintes por meio do estudo da governamentalidade. Nossa pesquisa tem por objetivo explicitar a manobra atual que tem no neoliberalismo o seu modo específico de organização, fazendo um escrutínio dos conceitos de “liberdade” e “competição” que animam o modo como o ocidente governa suas populações. Isso nos permitirá apresentar nossa tese denominada *empresariamento da vida*, processo que funciona como artifício basilar da governamentalidade neoliberal: produzir sujeitos que incorporam os enunciados da gerência como princípios éticos de constituição de si.

Palavras-chave: Biopoder, Governamentalidade e Empresariamento da vida.

Abstract: it starts with the analysis of the concept of biopower introduced by Michel Foucault in his public lectures at the *Collège de France* named “Society must be defended (1975-1976)” and in the book “The will to knowledge” and continues with the study of the discipline and the *dispositifs* of security in the lectures “Security, territory, population (1977-1978)” and “Birth of biopolitics (1978-1979)”. Foucault announces a thesis that sovereignty had lost relevance in relation to biopower, thesis which is improved in the following lectures through the study of governmentality. Our research aims to describe the current move in which neoliberalism has its specific mode of organization, making an analysis of the concepts of “freedom” and “competition” that mark the way the Western world is governing their populations. This will allow us to introduce our thesis called “*entrepreneurialization of life*”, a process that serves as the overarching strategy of the neoliberal governmentality: to produce individuals who incorporates the statements of management as ethical principles of the constitution of themselves.

Keywords: Biopower, Governmentality and Entrepreneurialization of Life.

* * *

Um conto de Kafka nos pareceu bastante proveitoso para explicitarmos a tensão que move nossa escrita quando enfrentamos o tema da governamentalidade e do biopoder: trata-se do conto *Durante a construção da muralha* (KAFKA, 2002). Neste

¹ Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor efetivo da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e pesquisador associado do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). E-mail: aldoamb@uol.com.br.

conto Kafka relata os eventos que marcaram a construção da muralha chinesa, surpreendemo-nos diante de um projeto curioso de alvenaria: as obras teriam se iniciado no sudeste e no sudoeste da China rumando para o norte onde, por fim, ocorreu a união; foram organizados, dentro dos exércitos de trabalho tanto do leste quanto do oeste, grupos distintos de vinte trabalhadores que deveriam erguê-la em blocos de quinhentos metros, sendo que cada grupo deveria levantar seu bloco em direção àquele do grupo vizinho, perfazendo, ao se efetuar o encontro, um bloco único de mil metros. Posteriormente, tais blocos seriam abandonados e os grupos deslocados para uma posição distante, formando assim, entre esses paredões de mil metros, grandes espaços vazios, dando à muralha o aspecto de um queijo suíço. Conta Kafka que tais buracos só foram encerrados depois de muito que o termo da muralha foi anunciado, se é que o foram completamente!

O curioso do conto é o levantamento dos possíveis motivos para que a construção da muralha seguisse este formato um tanto que *esquizo ou descontínuo*, visto que, como se propalava e parecia mais familiar ao narrador, seria mais pertinente e vantajoso que a mesma seguisse um modelo contínuo de construção, em virtude de ter sido pensada inicialmente como proteção contra possíveis investidas dos povos do norte. Para enumerar tais motivos uma primeira questão é levantada: “Mas como pode servir de proteção uma muralha cuja construção não é contínua?” (KAFKA, 2002, p. 74, nota I). Tal questão é apresentada para narrar o paradoxo de um formato de construção que não oferecia proteção, apesar de apresentar importância suficiente para mobilizar o conjunto e as principais atividades da população chinesa, envolvendo desde a vida das crianças até a dos mais velhos. Uma bela passagem do conto transmite essa tensão mobilizadora:

A construção não foi empreendida com leviandade. Cinquenta anos antes do início, por toda a China que devia ser cercada pela muralha, declarou-se a arquitetura, especialmente a alvenaria, como a mais importante das ciências, e tudo o mais só foi reconhecido na medida em que estava relacionado com isso. Lembro-me ainda muito bem quando nós, crianças pequenas, mal seguras das nossas pernas, ficávamos no jardimzinho do nosso mestre e precisávamos construir uma espécie de muralha com seixos, e como o mestre, a túnica arregaçada, corria de encontro à muralha, naturalmente deitava tudo por terra e nos fazia tais censuras por causa da fragilidade de nossa construção, que nós saíamos berrando por todos os lados em busca de nossos pais. Um incidente minúsculo, mas significativo para o espírito da época (KAFKA, 2002, p. 75).

Com o intuito de compreender o porquê da muralha e de seu projeto esquizo, uma das primeiras explicações do narrador é que tal organização se deu a fim de que o ânimo dos mestres de obras dos níveis inferiores não esmorecesse. Como a construção da muralha se estenderia por séculos, seria de se imaginar o desânimo daqueles mestres que não tivessem uma ideia do conjunto geral da obra caso ficassem anos a fio distantes de seus familiares e de suas aldeias sem nenhuma perspectiva de visualizarem grandes trechos da muralha concluída durante suas pequenas vidas singulares².

Dessa forma, entre a construção de um bloco e outro de mil metros – que segundo Kafka estendia-se por uns cinco anos – esses mestres eram deslocados para outras regiões e tinham a visão de partes significativas da construção. Lá eles eram recebidos nos acampamentos dos altos chefes onde podiam ter noções gerais do projeto e ainda tinham tempo de retornar às suas aldeias e familiares sendo recepcionados com grande júbilo e interesse: tudo isso funcionando como uma espécie de revivescimento do ânimo perdido durante os cinco anos de trabalho duro!

Apesar de esta resposta ser acolhida inicialmente de bom grado, não eliminou, com efeito, as inquietações que desassossejavam o narrador, que continuou em seu penoso movimento pensante em busca de um algo mais que conseguisse abarcar a complexidade tomada nessa construção: “Assim, portanto, fica compreensível o sistema de construção por partes; mas por certo ele ainda tinha outras razões” (KAFKA, 2002, p. 78).

Na tentativa de seguir outras razões foi apresentado um novo motivo – menos convincente que o primeiro –, tanto para a construção da muralha quanto para explicitar seu projeto descontínuo: ela servia de alicerce para a construção de uma nova Torre de Babel! Tal argumento foi rapidamente abandonado por várias razões³, entre as quais, o fato de a muralha não formar sequer um quarto de círculo, não podendo, por conseguinte, oferecer um formato adequado à construção de uma torre.

Não obstante refutado o segundo argumento, persistiu a dúvida do porquê de tal monstruosa construção e, para resolvê-la, o narrador se lançou em mais uma série de questionamentos que culminaram na afirmação de que a única possibilidade para que a

² Usamos aqui o termo singular por apreendermos a vida em si como algo pré-individual, ou seja, para nós a vida é pensada como plano de imanência.

³ O correr desta lenda se deu no conto por meio da menção de um livro escrito por um erudito que justifica a queda da Torre de Babel por a mesma não possuir alicerces seguros, os quais seriam oferecidos pela muralha chinesa.

construção se desse e acontece da maneira que se deu e aconteceu seria por a mesma ser um *desejo do comando*.

Tal afirmação inquietante é oferecida em meio a uma série de outras que manifestam um estatuto ambíguo, mas ao mesmo tempo intenso, sobre o comando retratado pelo narrador do conto:

Nós – certamente falo aqui em nome de muitos – na verdade só nos conhecemos ao soletrar as determinações do comando supremo e descobrimos que sem ele não bastariam nem o nosso conhecimento escolar nem o senso comum para a pequena função que tínhamos dentro do grande todo. Na sala do comando – onde ela ficava e quem ali tinha assento, ninguém a quem eu perguntei sabe ou sabia –, nessa sala decerto giravam todos os pensamentos e desejos humanos e em círculos contrários todas as metas e realizações humanas. [...] E por isso não escapa ao observador imparcial que o comando, caso ele o tivesse querido a sério, não teria deixado de superar as dificuldades que se opunham a uma construção contínua da muralha. Resta, pois apenas a conclusão de que o comando tinha por objetivo a construção por partes (KAFKA, 2002, p. 80).

O comando funcionava como algo que era inapreensível, mas que, simultaneamente, exercia uma influência implacável sobre as ações, pensamentos e, quiçá, anseios da população chinesa, ao ponto de mobilizá-los sem que tivessem uma mínima noção da manobra.⁴

Tal caráter ambíguo é ainda reforçado em outro fragmento no qual, novamente – mesmo após concluir tudo ter se passado como um desejo do comando – o narrador se pergunta pela utilidade da muralha, apontando, como mote de sua dúvida, a falta de lógica de uma invasão dos povos do norte, seja pela extensão do país em relação ao pequeno número característico das populações destes povos, seja pelo pequeno conhecimento que sobre eles se tinha,

Não os vimos nunca e se permanecermos em nossa aldeia nunca os veremos, mesmo que eles se lancem em linha reta à nossa caça, montados nos seus cavalos selvagens – o país é grande demais e não os deixa chegar até nós: cavalgando, eles irão se perder no ar vazio.

⁴ É digna de nota uma forte analogia entre esse trecho do conto kafkiano e uma frase de Foucault (2003, p. 208) no belo texto *A vida dos homens infames*: “sempre a mesma incapacidade de ultrapassar a linha, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a linguagem que vem do outro lugar ou de baixo; sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou do que ele faz dizer [...]. Afinal, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas”.

Por que então, uma vez que as coisas são assim, abandonamos o lar, o rio e as pontes, a mãe e o pai, a esposa que chora, as crianças que precisam de aprendizado, e partimos para a escola na cidade distante e os nossos pensamentos estão mais longe ainda, junto à muralha do norte? Por que? Pergunte ao comando. Ele nos conhece. Ele, que vive às voltas com imensas preocupações, sabe de nós, conhece nossos pequenos ofícios, vê-nos todos sentados juntos na nossa humilde palhoça, e a oração que o pai de família diz ao anoitecer no círculo dos seus lhe é agradável ou então o desagrada (KAFKA, 2002, p. 82).

Quanta vertigem e quanta dúvida encontramos neste fragmento! O que parece bem certo, no entanto, é a inexistência de outro motivo para a construção da muralha que não ser ela um designo do comando.

Passeando um pouco mais pelo conto, veremos que este estatuto de indeterminação e poderio será, por fim, transferido para outra instituição que figuraria como uma das mais obscuras da sociedade chinesa: o Império.

Com o Império, alcançamos o momento a partir do qual tanto nos aproximamos daquilo que queríamos extrair deste conto quanto do instante de abandoná-lo. O conto, como tentamos expressar, é percorrido por uma vertigem instalada no narrador: o espanto de não compreender o porquê das ações e pensamentos de toda uma população, no momento exato em que são mobilizados a executar uma obra cujo gigantismo é inegável e cujo término envolveria bem mais que a temporalidade de suas vidas individuais.

Gostaríamos de fazer nossa a pergunta levantada pelo narrador, a saber: nossa situação contemporânea não seria marcada por uma vertigem, *mutatis mutandis*, análoga?

Do acordar ao dormir, não agimos segundo a uma série de regras e princípios que mal sabemos do que tratam e para onde nos levam? Também não seguimos obstinadamente cursos e trabalhos que não sabemos ao certo para que nos servem? Não buscamos a cada dia com cada vez mais frequência controlar os mínimos detalhes de nossas ações por meio de projetos os mais sem sentido possível para nós? Enfim, também não nos encontramos, como relatado pelo chinês do conto kafkiano, mobilizados por uma série de obras que mal sabemos o sentido, mas que envolvem toda a duração de nossas vidas?

Alçada nossa vertigem, far-se-á necessário o abandono do conto e a busca de novos intercessores que nos forneçam algumas referências para o que nos acontece no

momento contemporâneo, porém, seguiremos neste percurso o mesmo encadeamento de eventos que por ele foram relatados.

Portanto, a fim de nos aproximarmos da identificação “do como” do comando contemporâneo, talvez o pensamento de Foucault nos forneça algumas coordenadas que nos permitam levantar algumas pistas de como acontece o mando em nossas sociedades.

1. Biopoder e Governamentalidade.

Na fase denominada genealógica de sua pesquisa Foucault nos apresentou a interposição de duas maneiras distintas de exercício de poder: uma que tomaria a vida como direito próprio do soberano e que teria como princípio atuante o “fazer morrer” e o “deixar viver” – modo que marcaria todo o período do absolutismo monárquico – e, outra, que tomaria a vida como elemento gestável e que teria como princípio atuante o “fazer viver e deixar morrer” – modo que marcaria as políticas dos Estados ocidentais no alvorecer da Modernidade (FOUCAULT, 1988).

A partir desses modos de apreensão da vida pelo poder poderíamos marcar maneiras distintas de lidar com os fenômenos próprios ao vivente. O primeiro exercício estaria ligado a um tipo de sociedade cujo funcionamento estaria relacionado com a extração das forças próprias ao *socius*: os corpos, o tempo, as mercadorias e enfim, a vida, seriam elementos que o soberano extrairia como direito de propriedade. O segundo exercício estaria relacionado com um tipo de sociedade em que faria mais sentido a majoração e utilização das forças do que sua extração pura e simples por meio de decretos ou outras formas jurídicas de exercício da soberania política.

Portanto, de um lado, teríamos um direito de morte em que os corpos dos súditos, assim como os bens de um território, poderiam ser requeridos pelo soberano sempre que o mesmo se sentisse ameaçado ou quando as leis regentes de seu território fossem maculadas. De outro, teríamos o exercício de um poder sobre a vida cujo princípio norteador seria o de aumentar *ad infinitum* sua funcionalidade por meio da extração e intensificação das forças próprias aos viventes já que essa extração é acompanhada de uma ampliação crescente da potência produtiva do *socius*.

Estaríamos assim diante de um Biopoder que se apresenta por meio de duas modalidades distintas e ao mesmo tempo complementares: uma delas teria como objeto o corpo individual e por princípio o aumento de sua utilidade-docilidade (disciplinas) e

a outra teria como objeto a população e por princípio a regulação de seus fenômenos aleatórios (biopolíticas).

Tratando da primeira modalidade, ou seja, as disciplinas, poderíamos, segundo Foucault (2002), compreendê-las, em um primeiro vislumbre, como procedimentos operatórios que teriam por objetivo principal marcar e majorar as forças do corpo sequestrando-os nas instituições disciplinares num sentido dócil e útil; utilizando-se, para tal feito, quatro procedimentos essenciais:

- Distribuição espacial dos corpos, com as técnicas de:
 - cercamento;
 - quadriculamento;
 - localização funcional;
 - seriação.

- Controle da atividade, com as técnicas de:
 - horário;
 - elaboração temporal do ato;
 - correlação corpo e gesto;
 - articulação corpo-objeto;
 - utilização exaustiva.

- Organização das gêneses, com as técnicas de:
 - segmentação e sucessão paralela da duração de um ato;
 - organização analítica das seqüências;
 - promoção marcada por exame nas finalizações;
 - desdobramento das séries em outras séries.

- Composição das forças, com os processos de:
 - fixar, mover e articular o corpo singular com outros;
 - ajustar e entrelaçar o tempo dos corpos;
 - criar um sistema preciso de comando.

Como podemos perceber com sua simples listagem, tais procedimentos permitem “concentrar, distribuir no espaço, ordenar no tempo, compor no tempo-espaço uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares” (DELEUZE, 2000, p. 219) e, em segundo lugar, impedir que as trocas múltiplas anteriores ao período de trancamento continuem a existir para que o sistema de mando não venha abaixo com a simples comunicação entre os membros do processo.

Os corpos, neste sentido, entram em uma maquinaria que os desarticula, no sentido de apagar seu antigo funcionamento e os rearticula num funcionamento politicamente mais dócil e economicamente mais útil:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2002, p. 119).

Contudo, as operações das disciplinas não se encerram com os procedimentos operatórios; persistem em seu funcionamento outras facetas: os recursos mobilizados para que a engrenagem dos procedimentos alcance seu duplo objetivo. O que nos permite, em um segundo olhar, percebermos recursos simples como a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame animando internamente o movimento da maquinaria engendrada pelos procedimentos operatórios anteriormente descritos.

Nos três recursos trata-se de permitir que tudo o que aconteça nos espaços disciplinares seja objeto para uma informação (vigilância hierárquica), a impressão de certo comportamento conforme a norma *a priori* de funcionamento das instituições em cada corpo enclausurado (sanção normalizadora) e, por último, a anexação ao exercício de poder a criação de saberes sobre aquilo que encontra-se encerrado nessas instituições de sequestro para que esses saberes aumentem sua funcionalidade (exame).

Com esses recursos se mobiliza um grande contingente de corpos e impõe-se certa direção para o seu movimento, além de se proporcionar a criação de um reforço do funcionamento das estratégias e táticas de poder por meio do aumento do que se sabe sobre esses corpos.

Uma metáfora arquitetônica serviu a Foucault como modelo de exposição do funcionamento das disciplinas e também como uma espécie de diagrama de forças que poderia elucidar o funcionamento dos regimes de poder das sociedades ocidentais: trata-se do Panóptico de Jeremy Bentham, cujo princípio arquitetônico poderia ser descrito da seguinte forma:

[...] na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior,

correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível (FOUCAULT, 2002, p. 166).

A partir dessa organização Foucault pôde descrever certa tendência ao panoptismo na organização do mando nas sociedades que denominou *disciplinares*, pelo fato do exercício do poder tornar-se cada vez mais impessoal, abrangente e trazer como conseqüência a interiorização das normas no corpo dos sujeitos vigiados e punidos, características análogas, no conto kafikiano, ao sentimento constante de dúvida no narrador sobre o que seria e de onde devinha o comando supremo apesar de sua destacada natureza implacável na condução das ações do povo chinês.

Prosseguindo sua pesquisa sobre os exercícios de poder e relacionando-os com a emergência das preocupações modernas em torno da sexualidade, Foucault (1988, p. 127) pôde perceber que não apenas o corpo individual seria alvo de um tipo de poder que o tornaria mais dócil e útil e, assim, adequando-o à extração da força de trabalho própria do funcionamento das sociedades capitalistas. Outros objetivos análogos a esse também fariam parte das relações de poder imanentes às nossas sociedades ocidentais:

[...] a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores (1988, p. 131).

Nesses procedimentos não seria mais o corpo individual o principal alvo dos exercícios de poder, e sim um novo objeto forjado nos escritos de economia política do final do século XVIII, no caso, a população. Estaríamos deste modo, diante de uma segunda modalidade do Biopoder: as biopolíticas da população.

Foucault dedicou dois de seus cursos no Collège de France à biopolítica: *Segurança, Território, População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979). No primeiro Foucault buscou traçar a “gênese de um saber político que colocaria no centro de suas preocupações a noção de população e os mecanismos suscetíveis de assegurar sua regulação” (FOUCAULT, 2008, p. 489).

Neste intuito analisou entre os séculos XV e XVI uma série de tratados menores na teoria política que procuravam pensar o exercício de poder em uma forma diversa da soberania. Como textos principais a encontrar os contrastes, Foucault elegeu “*O Príncipe*” de Maquiavel como representante do exercício de poder próprio à soberania e o “*Miroir politique contenant diverses manières de gouverner*”, de Guillaume de la Perrière, como representante de uma literatura anti-maquiavel que buscava pensar o exercício de poder assentado em outras bases.

Nesta comparação, os princípios em que se baseava a soberania, entendida no interior das exposições do príncipe de Maquiavel, são contrastadas ponto a ponto com uma espécie de arte de governar apresentada pelo texto de la Perrière.⁵

Exporemos de forma sucinta o teor destas distinções no quadro abaixo:

<i>Soberania</i>	<i>Arte de Governar</i>
<i>Singularidade e transcendência do exercício de poder do príncipe em relação aos súditos.</i>	<i>Multiplicidade e imanência dos modos de governar.</i>
<i>Descontinuidade entre o poder do príncipe e as outras formas de poder.</i>	<i>Continuidade ascendente, no sentido do bom governo do Estado ter como condição o bom governo de si e da família, e continuidade descendente, na medida em que o bom governo do Estado propicia também um bom governo da família e de si.</i>
<i>Coisas sobre as quais se exerce o poder limitam-se ao território e seus habitantes.</i>	<i>Exerce-se o poder sobre um conjunto de homens e coisas. Sendo que o termo coisas adquire um sentido amplo abarcando desde as riquezas, os recursos etc; os costumes, os hábitos, as formas de agir e pensar até as desgraças como a fome a epidemia e a morte.</i>
<i>Finalidade do exercício do poder assenta-se sobre a obediência da lei soberana. Finalidade circular, portanto.</i>	<i>Finalidade imanente às coisas a serem dirigidas procurando a perfeição, intensificação dos processos e dos instrumentos de governo por meio de</i>

⁵ Uma análise detalhada das artes de governar nos cursos de Foucault é encontrada em FONCECA, Márcio Alves da. Como pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In: RAGO, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo (Orgs). **Figuras de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

	<i>táticas diversas.</i>
<i>Exercício do poder marcado pelo uso da força e da violência.</i>	<i>Busca da sabedoria – entendida no sentido do conhecimento das coisas e dos súditos – e da paciência – entendida no sentido do soberano se por a serviço dos súditos – como marcas principais no exercício do poder.</i>

Quadro 1 – Soberania versus Arte de Governar (FOUCAULT, 2008, p. 117-153).

A tensão principal que Foucault apreende nesta literatura anti-Maquiavel surgida neste período entre os séculos XV e XVI é uma tentativa de trazer para o nível da gestão do Estado os princípios de governo que eram utilizados na gestão da família, que, neste período, se conhecia pelo termo “economia”, entendido como uma série de procedimentos que permitiam ao chefe da casa bem governar tanto os membros da família quanto suas propriedades e os seus recursos.

Deste modo, a arte de bem governar o Estado poderia expressar-se como encarar o seu governo a partir do modelo da família, problema que Foucault retirou dos textos de Rousseau:

[...] a palavra economia designa originalmente o sábio governo da casa para o bem comum de toda a família. Problema, diz Rousseau: como esse sábio governo da família poderá, *mutatis mutandis*, e com as discontinuidades que serão observadas, ser introduzido na gestão geral do Estado? Governar um Estado será, portanto, aplicar a economia, uma economia no nível de todo o Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que a do pai de família sobre a casa e seus bens (FOUCAULT, 2008, p. 126-127).

Nesta perspectiva, o mercantilismo, para Foucault, foi uma primeira tentativa de se pensar uma arte de governo do Estado se utilizando dos princípios de governo familiares. Porém, ao arrastar esse modelo familiar para dentro das estruturas do modelo soberano, o mercantilismo fracassou como arte de governo, principalmente por se utilizar dos mesmos instrumentos que a soberania se utilizava, no caso, as leis; e também por tentar buscar a mesma finalidade do exercício de poder soberano, ou seja, o governo do território para a constituição de riquezas e poderio para o soberano,

[...] o mercantilismo viu-se bloqueado e detido, creio eu, precisamente por ter se dado o que como objetivo? Pois bem, essencialmente o poder do soberano: como fazer de modo que não tanto o país seja rico, mas para que o soberano possa dispor de riquezas, possa ter tesouros, que possa constituir exércitos com os quais poderá fazer a sua política? O objetivo do mercantilismo é o poder do soberano, e os instrumentos que o mercantilismo se dá, quais são? São as leis, os decretos, os regulamentos, isto é, as armas tradicionais da soberania (FOUCAULT, 2008, p. 136).

Destarte, só em fins do século XVII e início do século XVIII se iniciou um desbloqueio desta arte de governar em relação à soberania levando-a a ser substituída pela economia política. Alguns fatores, relata Foucault, intervieram neste desbloqueio no decorrer do século XVII, entre eles: a expansão demográfica; a abundância monetária resultada da incursão dos metais preciosos das colônias europeias além mar e o aumento da produção agrária.

Quando se começou a pensar em uma forma de governar esse conjunto de elementos instáveis, porém passíveis de intervenção, se tornou possível, com efeito, a experimentação de uma forma de governo descolada do modelo jurídico da soberania. A forma de governo que, deste modo, tomou como alvo a população e seus efeitos instáveis foi a economia política entendida tanto como disciplina de saber quanto técnica de governo própria a um nível de realidade designado economia:

[...] a economia política pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diversos elementos da riqueza, apareceu um novo objeto, a população. Apreendendo a rede de relações contínuas e múltiplas entre a população, o território, a riqueza, etc., se constituirá uma ciência que se chamará economia política, e ao mesmo tempo um tipo de intervenção característico do governo: a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política (FOUCAULT, 2008, p. 140-141).

Deste modo, podemos afirmar que Foucault, ao transitar pela falência da hegemonia do modelo de exercício de poder soberano e pela sua substituição por outro, elaborou uma genealogia do Estado Moderno, observando três momentos específicos em sua constituição:

[...] em primeiro lugar, o Estado de justiça, nascido em uma territorialidade de tipo feudal e que corresponderia grosso modo a uma sociedade da lei; em segundo lugar, o Estado administrativo nascido em uma territorialidade de tipo fronteiriço nos séculos XV-XVI e que corresponderia a uma sociedade de regulamento e de disciplina; finalmente, um Estado de governo que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, e em que o território que ela ocupa é apenas um componente (FOUCAULT, 2008, p. 145).

E é neste sentido de apreensão do funcionamento do modo de governo do Estado Moderno que ele elaborou o conceito de governamentalidade o entendendo como,

[...] conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 143).

Percebemos, assim, a exposição de três maneiras diversas de governar as forças do Estado nesse trajeto que marca o esmorecimento da soberania como princípio organizador das relações de poder e o alvorecer da governamentalidade ocupando essa posição: um período marcado pela Pastoral Cristã; um período marcado pela Razão de Estado e, por fim, um período marcado pelo Liberalismo.

Na Pastoral Cristã, que se relaciona ao medievo, temos primeiramente uma cisão entre a condução dos homens e a soberania política marcando a organização das relações de poder da época: caberia ao pastorado a condução dos homens rumo a uma salvação no além mundo, condução marcada por uma relação de obediência total e irrestrita e, paralelamente, caberia ao soberano a manutenção de seu território que suportaria essa passagem.

As duas modalidades de poder relacionavam-se apenas na medida das trocas e justaposições entre a Igreja e o principado articulados por meio da noção de “Império dos últimos dias” criador de um ambiente em que seria importante para o soberano terrestre conduzir os seus súditos, com o auxílio do pastorado, ao Império do Cristo que extinguiria o período temporal do Estado.

O Estado, nesse momento, além de não encontrar em si mesmo sua razão de ser tendia para essa espécie de Império territorial dos últimos dias que deveria ser

substituído no fim dos tempos pelo Império divino. Ao soberano, caberia, portanto, como tarefa complementar, também conduzir seus súditos a esse momento final no qual transferiria sua soberania terrena ao soberano divino. Tendo assim, com efeito, a responsabilidade de auxiliar na condução da maior parcela possível de seus súditos a esse momento final de salvação, tarefa exercida por excelência pela pastoral cristã.

Com a emergência da Razão de Estado entre os séculos XVI e XVII esse objetivo da Pastoral foi deslocado, ou seja, o Estado adquiriu sua razão de ser em si mesmo e a atuação do soberano se deu no sentido de uma ampliação das forças internas do próprio Estado, pensado, nesse momento, em constante concorrência com uma pluralidade de outros Estados constituintes do espaço Europeu elidindo, nesta nova conformação, por completo a perspectiva de um único Estado ascender ao status imperial.

Foucault nos mostra neste momento de sua pesquisa a organização de três pontos de apoio para a constituição desse espaço concorrencial entre os Estados europeus:

- A criação de um aparato diplomático-militar permanente, garantidor do equilíbrio das forças entre a multiplicidade dos Estados que apagaria a possibilidade de um deles vir a se colocar como dominador dos demais, suprimindo, com efeito, a noção de Império;
- A consequente ideia da balança europeia que funcionaria como sustentáculo de uma limitação na orientação externa da Razão de Estado e;
- A criação de uma força policial (estado de polícia) constante e ilimitada que teria como objetivo fazer crescer de dentro as forças de cada Estado europeu em regime de concorrência.

Coroando a organização do espaço europeu em torno de um regime de concorrência entre os Estados com a consequente necessidade do conhecimento das forças constitutivas de cada um deles, a economia política instalou-se como a forma de saber que doravante figurou como o principal princípio de conhecimento e ação governamental, perpetuador nodal do equilíbrio europeu nesse espaço concorrencial.

Estamos, assim, a um passo do Liberalismo que além de marcar um novo momento das artes de governar no ocidente, também colocou a economia política como a forma principal de saber que funcionou no Estado Moderno como o sustentáculo dos cálculos e maneiras de geri-lo no sentido do investimento político sobre a majoração de suas forças.

Tendo percebido essa importância da economia política, Foucault (2004) dedicou o curso do ano seguinte ao estudo do desenvolvimento desta disciplina de saber e prática de governo.

Realizou assim um estudo rigoroso do Liberalismo em suas principais fases tendo o cuidado de o entender,

[...] não como uma teoria, nem como uma ideologia e, ainda menos, como um modo de a “sociedade se representar”, mas como uma prática, como uma “maneira de fazer” orientada para objetivos e se regulando através de uma reflexão contínua. O Liberalismo deve ser analisado, então, como princípio e método de racionalização do exercício de governo – racionalização que obedece, e aí está sua especificidade, à regra interna da economia máxima. (FOUCAULT, 2004, p. 324).

Uma das principais características do funcionamento do Liberalismo como prática de governo levantada por Foucault trata-se do mesmo fundar-se na questão do excesso permanente de ações governamentais por parte do Estado, levantando uma questão análoga da necessidade da existência de um algo mais que justifique a construção de um aparelho de governo, ou seja, com o Liberalismo, torna-se necessário que o Estado tenha seu fim distanciado de si próprio, como afirma Duarte,

Nesse curso, Foucault afirma que o liberalismo é atravessado pelo princípio de que “se governa sempre demais”, de maneira que a instituição de uma racionalidade governamental de caráter liberal encontra-se continuamente marcada pela desconfiança e pela exigência de justificação legal de sua legitimidade (DUARTE, 2009, p. 45).

Nessa pretensão é confrontada à Razão de Estado a manutenção do estado de polícia que tinha como princípio conduzir e ampliar cada uma das forças do Estado, inclusive, seus sujeitos, ou seja, se com a Razão de Estado os objetivos internos de governo eram ilimitados necessitando de limitadores externos, no Liberalismo o ato de governar encontrará uma limitação interna. Neste sentido, o Estado, dentro da perspectiva liberal, já não pode encontrar em si mesmo a justificativa de sua existência: ele deve existir para servir a outra coisa que não ele mesmo,

Se a governamentalidade liberal não pode ser exercida senão sob o peso da desconfiança de se “governa demasiado”, ela se constitui enquanto técnica de racionalização do exercício do poder sobre a população tendo como fim não a própria maximização, mas a exigência de governar a partir da sociedade e para a sociedade (DUARTE, 2011).

Dessa maneira o Liberalismo criou a *sociedade civil* e o *mercado* como justificativa e sustentáculo das intervenções de governo por parte do Estado. Em outras palavras, se existe Estado, é para que ele sirva à *sociedade civil* e ao *mercado* sempre se tendo em vista que a atuação daquele sobre estes deve ser vista com a permanente desconfiança de ser excessiva,

Essa nova arte de governar se caracteriza essencialmente, creio eu, pela instauração de mecanismos a um só tempo internos, numerosos e complexos, mas que têm por função – é com isso, digamos assim, que se assinala a diferença em relação à razão de Estado – não tanto assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, o crescimento indefinido do Estado, mas sim limitar do interior o exercício do poder de governar (FOUCAULT, 2004, p. 29).

Entre as correntes que esta prática de governo possuiu do século XVIII ao nosso presente, Foucault observou somente diferenças de perspectiva.

No Liberalismo Clássico, essa possibilidade de atenuar-se cada vez mais o governo da sociedade civil pelo Estado assentava-se no credo de que os indivíduos eram naturalmente materialistas e individualistas, ou seja, não haveria a necessidade de um governo da sociedade civil porque naturalmente seus indivíduos constituintes buscavam satisfazer suas necessidades por meio de um aumento de suas riquezas alcançado por meio de uma atividade individual e utilitária dos mesmos assegurando, nesse percurso, sua auto-organização extinguindo, por conseguinte, a necessidade de uma intervenção por meio do Estado nesse nível da realidade: ao Estado, caberia apenas observar e reconhecer as leis que emanariam naturalmente daquele espaço de concorrência e abster-se de intervir para não atrapalhar o seu natural desenvolvimento.

Porém, no Neoliberalismo, após a comprovação histórica de que a ação descontrolada das atividades econômicas individuais não levaram a um conjunto

harmônico da sociedade civil⁶, tomou-se como artifício esta possibilidade do individualismo e do materialismo figurarem como modos de constituição dos componentes da sociedade civil. Com efeito, no Neoliberalismo tem de haver uma intervenção maciça do Estado sobre a sociedade civil para garantir a moldura do mercado; para garantir que o mercado haja como regulador da sociedade,

Ele (o Estado) tem de intervir sobre a própria sociedade em sua trama e em sua espessura. No fundo, ele tem de intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores – e é nisso que a sua intervenção vai possibilitar o que é o seu objetivo: a constituição de um regulador de mercado geral da sociedade. Vai se tratar, portanto, não de um governo econômico, como aquele com que sonhavam os fisiocratas, isto é, o governo tem apenas de reconhecer e observar as leis econômicas; não é um governo econômico, é um governo de sociedade (FOUCAULT, 2004, p. 151).

Neste sentido, da perspectiva do Neoliberalismo – em especial o da Escola de Chicago –, o sujeito materialista e individualista, em uma palavra, utilitário; garantidor da extinção do Estado deveria ser *produzido* para que fosse possível uma organização autônoma da sociedade civil. O que o faz alastrar suas práticas, na tentativa dessa produção, a domínios bem distintos do econômico. Fonceca (2008) observa neste alastramento da lógica do mercado às mais recônditas esferas da sociedade civil, posta em prática pela intervenção dos Estados Neoliberais, um esvaziamento da ação pública dos indivíduos transformados em meros espectadores de intervenções técnicas de funcionários do Estado.

Perspectiva bem explicitada quando Foucault descreve os princípios de funcionamento desse Neoliberalismo da Escola de Chicago que:

[...] busca estender a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a domínios não exclusivamente ou não prioritariamente econômicos. No caso, a família e a natalidade ou a delinquência e a política penal (FOUCAULT, 2004, p. 329).

Aqui talvez Foucault já deixe claro que a perspectiva do Neoliberalismo não se limita a um esvaziamento das operações do Estado por meio da extinção de seus

⁶ Com a crise de 1929 ficou claro que a perspectiva de Adam Smith da mão invisível não era passível de comprovação em virtude das ações individuais dos capitalistas terem guiado a economia mundial a uma crise nunca antes vista.

serviços atuantes no governo da sociedade civil, pelo contrário, o que marca o exercício dessa estratégia de poder é seu alastrar-se pela sociedade civil produzindo essas individualidades que promovam a redução de certa regulação estatal.

Tal estratégia de governo, portanto, toma a matriz mercadológica entendida como *lócus* de veridicção⁷ e a alastra por espaços os mais capilares possíveis da sociedade civil como uma espécie de comandos operadores do uso de si das singularidades produzidas nessa sociedade. Produz e consome liberdades regulando por meio dos dispositivos de segurança as crises de governamentalidade sempre presentes em suas frágeis estratégias de governo.

O que nos faz perceber, com esses dois cursos de Foucault, a clara organização das biopolíticas em torno da arte de governar liberal inscrita em seu momento contemporâneo no que conhecemos por neoliberalismo.

Encontramos, assim, com Foucault, o modo de funcionamento de nosso comando contemporâneo que, diferentemente do conto kafkiano, não nos mobiliza a construir enormes muralhas, contudo, atua com o mesmo mistério e, talvez, de maneira um pouco mais sutil ao criar um espaço concorrencial no qual quanto mais aderimos em uma ilusão de liberdade de ação mais temos colados em nós seus laços interventores,

A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos da concorrência. São esses mecanismos que devem ter o máximo de superfície e de espessura possível, que também devem ocupar o maior volume possível na sociedade. Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não uma sociedade de supermercado – uma sociedade empresarial (FOUCAULT, 2004, p. 152).

É competindo que obedecemos ao nosso comando, e é competindo que nos constituímos segundo os princípios morais dessa nossa sociedade capitalista que procura alastrar as formas empresa até o seu grão mais fino:

[...] trata-se de generalizar, difundindo-as e multiplicando-as na medida do possível, as formas ‘empresa’ que não devem, justamente, ser concentradas na forma nem das grandes empresas de escala

⁷ Veridicção entendida como *lócus* de produção de verdade, ou seja, o critério de julgamento de uma sentença ou de um ato passam a provir do espaço concorrencial garantido pelas relações de troca do mercado.

nacional ou internacional, nem tampouco das grandes empresas do tipo do Estado. É essa multiplicação da forma ‘empresa’ no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade (FOUCAULT, 2004, p. 154).

E é no processo desencadeado por esse elo entre a governamentalidade neoliberal e o corpo dos sujeitos contemporâneos que localizamos o empresariamento da vida, ou seja, para competir cada vez mais acirradamente os sujeitos têm de tomar como princípios éticos de constituição de si os enunciados propagados pela gerência, tornando suas vidas uma aplicação de um tipo de capital que é atualmente denominado “capital humano”.⁸

Já que, para que as formas empresa possam se generalizar, se difundir por toda a sociedade, faz-se necessário que a própria vida individual passe a ser percebida por cada sujeito como um tipo específico de capital; um capital que se acumula na forma de uma melhor aptidão, de uma melhor capacidade, de uma melhor competência para se auferir no futuro uma determinada remuneração, ou seja, faz-se necessário um investimento em si por si nos moldes de um capital humano para que o sujeito torne-se competente o bastante para auferir uma renda no espaço emoldurado da concorrência artificialmente criado pela ação governamental. O que, com efeito, cria a obrigação de cada sujeito conceber-se como um empresário de si mesmo,

O homo economicus é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo economicus parceiro da troca por um homo economicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de sua renda (FOUCAULT, 2004, p. 232).

O que nos faz concluir que o correlato do comando neoliberal no nível de intervenção governamental corresponde ao empresariamento da vida no nível da ação individual do uso de si que, ironias à parte, nos parece se assemelhar ao menos em um aspecto, ao princípio da pastoral cristã no modo como os sujeitos tem conduzidos seus cotidianos nesse momento de governamentalidade neoliberal: uma obediência total e cega aos princípios de competição anunciados pelo *Deus ex machina* do mercado criado

⁸ Para uma apresentação mais detalhada do tratamento do conceito de Capital Humano por Foucault no curso Nascimento da Biopolítica ver ROSA (2009, p. 377-388).

e protegido por uma rígida e contínua intervenção dos Estados contemporâneos. No conto kafkiano nos encontramos com a injunção emoldurante que conduzia os membros da sociedade chinesa aos trabalhos longínquos da construção da grande muralha do norte como também ao acerto minucioso das ações individuais incluindo a educação das crianças e as relações familiares. Estamos deste modo, diante de nosso comando supremo que apesar de termos o nome mercado neoliberal para ele, comparece também, como uma das mais misteriosas instituições de nossa sociedade contemporânea pelo simples fato de não o elegermos, não sabermos quem o compõe e muito menos o que ele pretende definitivamente, só nos é assiduamente transmitida a necessidade de transformarmos nossas vidas em empresas como o narrador do conto kafkiano sabia que devia adotar a alvenaria como saber e prática principal de seu cotidiano.

Referências

- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- _____. Um retrato de Foucault. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- DUARTE, A. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: RAGO, M; VEIGA-NETO, A (Orgs). *Para um vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autentica, 2009.
- _____. Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno. In: CASTELO BRANCO, G; VEIGA-NETO, A. *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. A vida dos homens infames. In: _____. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- _____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- _____. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard Seuil, 2004.
- _____. O pensamento do exterior. In: _____. *Ditos e escritos III: estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. O que são as luzes. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2005.
- _____. *Securité, territoire, population*. Paris: Gallimard Seuil, 2004.
- _____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Vigiar e punir*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

- FONCECA, M. A. Como pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In: RAGO, M; VEIGA NETO, A (Orgs). *Figuras de Foucault*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GROS, F. Situação do curso. In: FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KAFKA, F. Durante a construção da muralha da china. In: _____. *Narrativas do espólio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *Na colônia penal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ROSA, S Oliveira da. Os investimentos em “capital humano”. In: RAGO, M; VEIGA-NETO, A (Orgs). *Para um vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autentica, 2009.